

o nosso mundo  
a nossa dignidade  
o nosso futuro

FICHA TEMÁTICA

## COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Abril de 2015<sup>1</sup>



### O que é

O **Desenvolvimento** é muito mais do que aumento do rendimento ou crescimento económico, dependendo de uma diversidade de fatores onde se incluem as oportunidades económicas, as liberdades políticas, o acesso a serviços básicos, ou o empoderamento social, entre outros. Nesse sentido, o desenvolvimento consiste na remoção de barreiras e restrições que limitam, de várias formas, as escolhas e oportunidades das pessoas.

A luta contra a pobreza assume-se como uma **responsabilidade de cada um no quadro da cidadania global**, sendo uma questão de justiça social e um dever, num contexto mundial cada vez mais interdependente e globalizado. A política de ajuda ao desenvolvimento não deve, assim, ser encarada como um ato de caridade dos mais ricos para com os mais pobres, mas como uma necessidade ditada por critérios de elementar justiça, bem como um investimento no planeta e nas gerações futuras.

A **Cooperação para o Desenvolvimento** consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento.



**“Combater a pobreza não é um gesto de caridade. É um ato de justiça. É a proteção de um direito humano fundamental, o direito à dignidade e a uma vida decente. Enquanto a pobreza persistir não haverá verdadeira liberdade”.**

- Nelson Mandela

<sup>1</sup> Autor: Patrícia Magalhães Ferreira. Imagem: Atores pelo Desenvolvimento, 2014.

A Cooperação para o Desenvolvimento inclui uma grande **diversidade de fluxos**: desde fluxos privados e donativos através de Organizações Não-Governamentais (ONG), até fluxos oficiais que incluem a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** é o apoio fornecido por organismos públicos dos países doadores aos países em desenvolvimento, sob a forma de projetos, programas, fornecimento de bens e serviços, operações de alívio da dívida e contribuições para ONGD ou organismos multilaterais. Os critérios para aquilo que constitui ou não APD têm sido definidos no quadro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

A ajuda ao desenvolvimento pode ser implementada através de várias **modalidades de apoio**: **projetos** (atividades destinadas a atingir objetivos específicos com um calendário e orçamento definidos); **apoio setorial** (apoio ao programa do governo de determinado país para um sector, como a educação ou a saúde); **apoio direto ao orçamento** (transferência de fundos para o tesouro nacional do país parceiro, para apoio da sua política e prioridades nacionais de desenvolvimento); **assistência técnica** (apoio técnico a uma determinada instituição ou setor); **alívio da dívida externa**; entre outras modalidades e instrumentos.

## COMPROMISSOS EUROPEUS

### Meta quantitativa: **0,7% APD/RNB**

No quadro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que inclui a maior parte dos países doadores, foi subscrito o compromisso de aumentar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento **para 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB)** até 2015. A União Europeia, incluindo Portugal, tem reafirmado sucessivamente este compromisso.

### Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM (2000-2015)

Na [Cimeira das Nações Unidas de 2000](#), foram definidos oito [objetivos de desenvolvimento do milénio](#): (1) erradicar a pobreza extrema e a fome; (2) alcançar o ensino primário universal; (3) promover a igualdade de género; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a saúde materna; (6) combater o VIH/sida, a malária e outras doenças; (7) garantir a sustentabilidade ambiental; (8) criar uma parceria mundial para o desenvolvimento. Os ODM estão no centro da ação da Europa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, constituindo as suas metas principais.

Em Setembro de 2015, será definida uma **nova Agenda global para o Desenvolvimento, com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030**, de aplicação universal.

### Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (2011)

A [Parceria de Busan](#), assinada em 2011, estabelece um enquadramento para a cooperação para o desenvolvimento que abrange um leque alargado de atores: os chamados “doadores tradicionais”, os atores da cooperação Sul-Sul, as economias emergentes, as Organizações da Sociedade Civil e o setor privado.

Busan reconhece que a arquitetura da ajuda internacional sofreu mudanças profundas, alargando a agenda da eficácia da ajuda a uma perspetiva mais abrangente de “**eficácia do desenvolvimento**”.

### Consenso Europeu para o Desenvolvimento (UE, 2005)

Esta [parceria global](#) une, sob princípios comuns, diversos elementos e atores, definindo graus de compromisso diferenciados para cada um, no pressuposto de que a ajuda pública é apenas um dos elementos necessários – apesar de essencial – à promoção do desenvolvimento.

O [Consenso Europeu para o Desenvolvimento](#) apresenta uma visão comum que norteia a ação da UE, tanto a nível dos seus Estados-Membros como da Comunidade no domínio da cooperação para o desenvolvimento. Nele se estabelece, por exemplo, que (i) a política comunitária e as políticas executadas pelos Estados-Membros neste domínio devem ser complementares, e que (ii) a cooperação para o desenvolvimento é um elemento essencial de um conjunto mais vasto de ações externas, que devem ser coerentes e complementares.

### Agenda para a Mudança (UE, 2011)

A UE tem constantemente de adaptar a sua política de cooperação para o desenvolvimento a uma série de desafios e oportunidades, que vão desde a escassez de recursos naturais ao crescimento das economias emergentes e às consequências da crise económica.

A [Agenda para a Mudança](#) é uma estratégia que visa reduzir a pobreza mediante a introdução de importantes alterações na forma como a ajuda da UE é prestada, através de 12 medidas principais.

Estabelece 2 objetivos fundamentais da cooperação europeia para o desenvolvimento: (i) a promoção da boa governação e de reformas democráticas e políticas genuínas e(ii) o estímulo ao crescimento inclusivo e sustentável para o desenvolvimento humano.

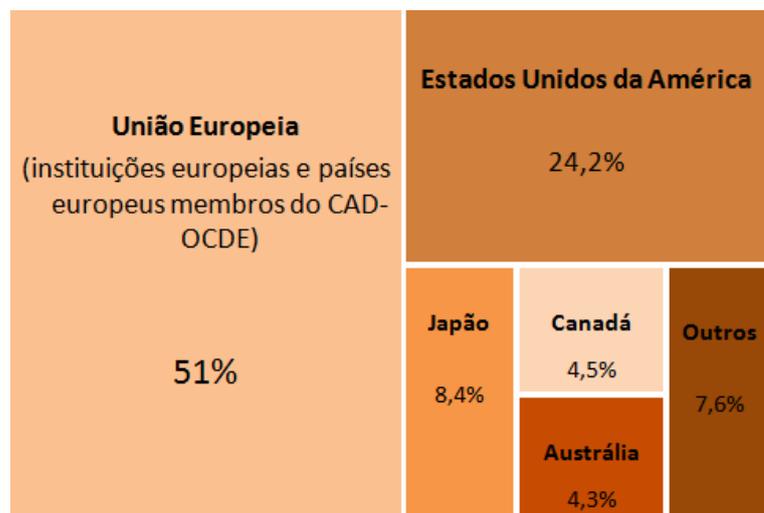
**VIDEO:** [Increasing the impact of EU development policy - an Agenda for Change](#)

## FACTOS & DADOS

**A União Europeia é o maior doador de ajuda ao desenvolvimento.** A UE no seu conjunto (Comissão Europeia + Estados-Membros) concede mais de 50% dessa ajuda.

Em 2013, atingiu os 71,2 mil milhões de USD, o que corresponde a 0,43% do RNB.

Em 2013, só 5 países ultrapassaram a meta de afetar 0,7% do seu RNB à ajuda ao desenvolvimento: Noruega, Suécia, Luxemburgo, Dinamarca e Reino Unido.



PRINCIPAIS DOADORES DE AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (em percentagem)  
Fonte: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), OCDE, 2014



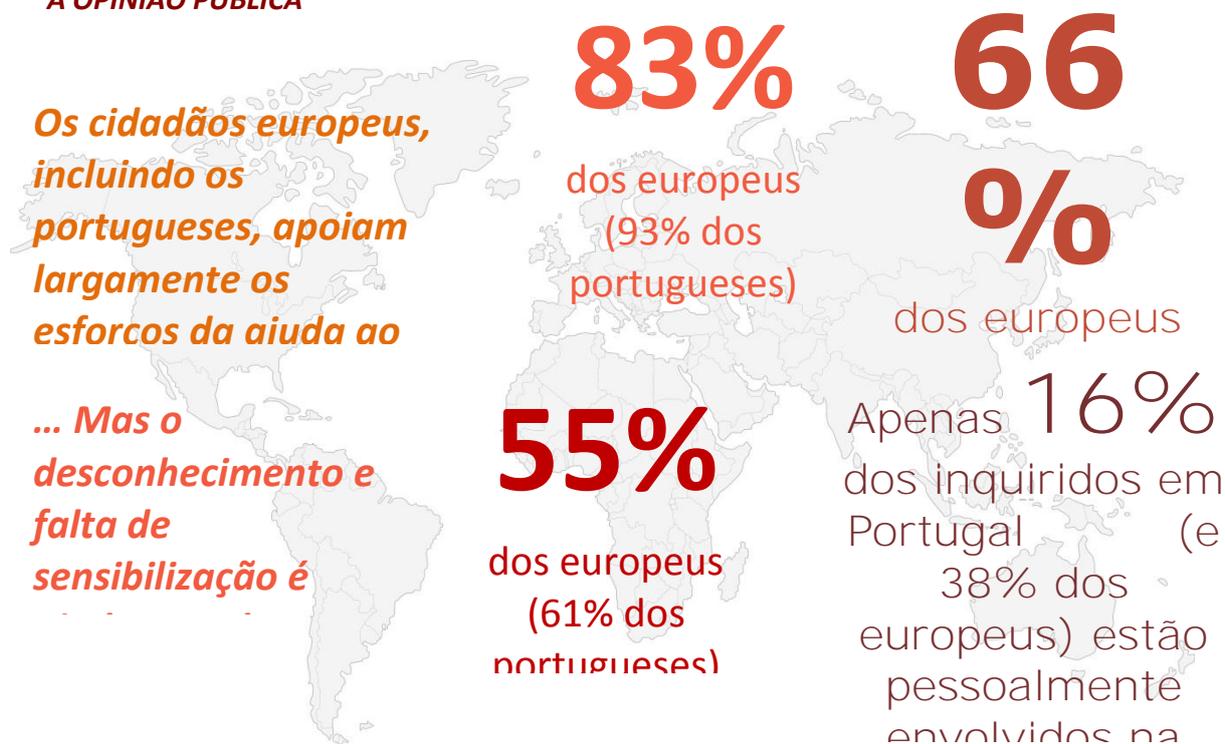
## A cooperação para o desenvolvimento tem um papel essencial e salva vidas.

Entre 2000 e 2012, na África Subsaariana, foram evitadas quase 3 milhões de mortes por **malária** em crianças até 5 anos. No mesmo período, a imunização contra o **sarampo** ajudou a prevenir quase 14 milhões de mortes e, entre 1995 e 2012, o tratamento para a **tuberculose** salvou 22 milhões de vidas.

## Ao longo da última década, graças ao financiamento europeu:

- Quase 14 milhões de crianças no mundo puderam **frequentar a escola primária**.
- Mais de 7,5 milhões de nascimentos foram assistidos por **personal de saúde qualificado**, salvando a vida de mães e bebés.
- 7,7 milhões de pessoas no mundo receberam **ensino e formação técnico-profissional**.
- Mais de 70 milhões de pessoas puderam aceder a **uma fonte de água potável** e 24,5 milhões passaram a ter acesso a **instalações sanitárias**.

### A OPINIÃO PÚBLICA



Fonte: Eurobarómetro especial 405 – 2013, Comissão Europeia

## MITOS & REALIDADES

**Mito 1:** *Os países ricos fornecem grandes quantidades de recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento e para ajudar os países mais pobres*

- Se analisarmos os valores relativos, a grande maioria dos países concede menos do que 0,7% do seu rendimento, ou seja, menos de 7 euros em cada 1000 é doado como ajuda ao desenvolvimento. Para além disso, os montantes de ajuda ao desenvolvimento são irrisórios se compararmos com outros recursos, como os lucros dos fluxos de armamento, ou os custos da intervenção externa em vários conflitos. E seria muito mais barato eliminar as causas da pobreza do que responder aos seus sintomas e consequências.
- Está provado que os fluxos provenientes dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos ultrapassam, no geral, os fluxos de ajuda em sentido contrário. Por exemplo, os recursos que saem de África resultantes de lucros das multinacionais, de fluxos ilícitos de capitais, de pagamento de dívida externa e outros ultrapassam aquilo que África recebe em termos de ajuda.

**Mito 2:** *Devemos resolver os problemas internos primeiro, se há tantas pessoas pobres no nosso país e na Europa.*

- O facto de existirem bolsas de pobreza importantes na Europa e a necessidade de ajudar a combater as desigualdades em todos os países não devem ser subestimados. Mas vivemos num mundo único e global, em que não há “ilhas” isoladas de Desenvolvimento e em que os problemas são interdependentes. A pobreza gera fenómenos de insegurança, migrações, e outros que nos afetam a todos, enquanto europeus e enquanto cidadãos globais, pelo que a redução da pobreza noutras partes do mundo é também o nosso Desenvolvimento.
- Podemos ter um impacto global muito positivo nas condições de vida de milhares de pessoas, com custos muito pequenos em termos individuais. Vários estudos indicam que o montante financeiro para salvar uma vida num país desenvolvido é igual ao salvamento de muitas mais vidas num país em desenvolvimento.

**Mito 3:** *As pessoas que trabalham no setor do desenvolvimento devem ser voluntários, uma vez que não devem ter lucro por ajudar os outros e até têm um trabalho agradável em que viajam para locais exóticos.*

- Os trabalhadores da cooperação são profissionais que devem ser remunerados pelo seu trabalho, o que não significa ter lucro. Trabalhar na cooperação não é sinónimo de caridade, de ser voluntário ou missionário. É um trabalho extremamente exigente e complexo, que requer grande preparação técnica, competências profissionais e humanas, e que, por vezes, implica o desenvolvimento desse trabalho em condições adversas ou extremas.

Para saber mais...

[Comité de Ajuda ao Desenvolvimento -OCDE](#)

[UE Desenvolvimento e Cooperação - EuropeAid](#)

[ONU – Financing for Development](#)

[Africa Platform for Development Effectiveness](#)

[Camões I.P.](#)

[Plataforma Portuguesa das ONGD](#)

[FACEBOOK AED](#)

[WEBSITE AED](#)